



**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**COORDENAÇÃO DO TRABALHO DE CURSO**

EDITAL N° 009/2026

A Coordenadora do Trabalho de Conclusão de Curso, no uso de suas atribuições e cumprindo o disposto nas Resoluções nº 139/2017 de 06/10/2017 e Resolução nº 04/2022 de 24/01/2022, do CEPE/FURB, homologa os Projetos de TC e respectivos orientadores conforme segue:

**MATRIZ 2005.1/2014.2 – MONOGRAFIA**

| <b>ALUNO(A)</b>                    | <b>TÍTULO</b>                                                                                                                              | <b>ORIENTADOR(A)</b>            |
|------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| ALESSANDRA GALVÃO RODRIGUES        | RESPONSABILIDADE CIVIL NAS REDES SOCIAIS: OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A DISSEMINAÇÃO DAS "FAKE NEWS"                            | CLARICE APARECIDA SOPELSA PETER |
| DIOGO EDUARDO KRUEGER              | AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO ÀS FRAUDES NAS LICITAÇÕES NO MARCO REGULATÓRIO ESTABELECIDO PELA LEI N. 14.133/2021                                | MARLON CARABACA                 |
| ELIMAR RUSSI NETO                  | REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO E SUPERAÇÃO DA ESCALA 6X1: LIMITES E POSSIBILIDADES DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS | BRUNA BÁRCIA DA SILVA           |
| FRANCISCO GABRIEL DA SILVA         | O RECONHECIMENTO DE FILIAÇÃO A PARTIR DA INSEMINAÇÃO CASEIRA NA DUPLA MATERNIDADE                                                          | ANA CAROLINA ALVES              |
| GISELE CRISTINE CORREIA            | A REVERSIBILIDADE DAS COTAS DA PENSÃO POR MORTE NOS ÓBITOS ANTERIORES À EC Nº 103/2019: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM  | MARCELO BOSS FABRIS             |
| KATHLYN ALCANTARA SETRAGNI FISCHER | A MEDIAÇÃO NO TRANSPORTE INTERNACIONAL DE CARGAS: LIMITES E POSSIBILIDADES À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO E INTERNACIONAL                     | CLARICE APARECIDA SOPELSA PETER |
| LETÍCIA MOSER PASQUALINI           | O JUIZ DAS GARANTIAS COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ACUSATÓRIO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO                                     | MARIANA GOULART                 |
| LORINETE FAGANELLO CRAVO           | A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA                                                              | CLARICE APARECIDA SOPELSA PETER |

|                                          |                                                                                                                                                              |                                  |
|------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|
| LUIZ FERNANDO DE ASSIS SOUZA             | A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS POR DANOS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DA FIGURA DO POLUIDOR INDIRETO NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ              | FELIPE DA SILVA CLAUDINO         |
| RAFAELA BARUFFI                          | MECANISMOS LEGAIS DE PROTEÇÃO CONTRA A VITIMIZAÇÃO SECUNDÁRIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE CRIMINOLÓGICA CRÍTICA | MARIANA GOULART                  |
| <b>MATRIZ 2022.1 – ARTIGO CIENTÍFICO</b> |                                                                                                                                                              |                                  |
| <b>ALUNO(A)</b>                          | <b>TÍTULO</b>                                                                                                                                                | <b>ORIENTADOR(A)</b>             |
| AMÁBILE GIOVANA SCHMITT                  | O AUMENTO DA LITIGIOSIDADE TRIBUTÁRIA NA TRANSIÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA: OS RISCOS DA COEXISTÊNCIA ENTRE OS SISTEMAS ANTIGO E NOVO                          | JÚLIO CÉSAR KREPSKY              |
| AMANDA MOLZ                              | A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DOS ESTADOS PELO USO DE ARMAS AUTÔNOMAS: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO DA GUERRA RÚSSIA-UCRÂNIA                                   | WANDA HELENA MENDES MUNIZ FALCÃO |
| ANA LUIZA MARCARINI PETERS               | POSSIBILIDADE DE GESTÃO PATRIMONIAL DA HERANÇA VIA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL                                                                                   | CLARICE APARECIDA SOPELSA PETER  |
| BREIGHTON FELIPE BACHMANN                | O HC NO SISTEMA RECURSAL PENAL BRASILEIRO: O USO SUBSTITUTIVO POR FALTA DE RECURSO ESPECÍFICO PARA A DEFESA                                                  | LUIZ EDUARDO CANI                |
| CAMILLY VITÓRIA MORAIS                   | O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO PENAL: LIMITES PROBATÓRIOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DE DEFESA                                                | ANDRÉ LUIZ SCHNEIDER             |

|                                            |                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                    |
|--------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| CAROLINA APARECIDA<br>FONSECA PEREIRA      | A VALORAÇÃO DA PALAVRA DA VÍTIMA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA<br>OBSTÉTRICA: UM ESTUDO SOBRE OS CRITÉRIOS PROBATÓRIOS<br>ADOTADOS PELO TJSC                                                                                                                         | LUIZ EDUARDO CANI                                  |
| DIOGO HENRIQUE<br>KLUG DIAS DE<br>OLIVEIRA | ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO APLICADA À TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL<br>RELACIONA À CONCRETIZAÇÃO DO MÍNIMO EXISTENCIAL                                                                                                                                               | JÚLIO CÉSAR<br>KREPSKY                             |
| DJANIKERLLE MILENA<br>GAIKE                | VEDAÇÃO DO AUXÍLIO-RECLUSÃO PREVISTA NA LEI Nº 15.358/2026: UMA<br>ANÁLISE À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA INTRANSCENDÊNCIA DA PENA E DA<br>UNIVERSALIDADE DA COBERTURA NA SEGURIDADE SOCIAL                                                                          | MARCELO BOSS<br>FABRIS                             |
| EDSON LUCAS<br>WARMLING SOUSA              | DIREITO AUTORAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA: AUTORIA E<br>PROTEÇÃO DE CONTEÚDOS GERADOS A PARTIR DE PROMPTS TEXTUAIS<br>À LUZ DA LEI Nº 9.610/1998                                                                                                   | CHRISTIAN MARLON<br>PANINI DE<br>CARVALHO          |
| EYSHELA SUZANA<br>MARTINS                  | OVERCHARGING E JUSTA CAUSA: OS LIMITES JURÍDICOS DO PODER<br>ACUSATÓRIO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO                                                                                                                                                          | LUIZ EDUARDO CANI                                  |
| FABRICIO VEGINI                            | A CONCESSÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA FUNDADA<br>EXCLUSIVAMENTE NA PALAVRA DA VÍTIMA. LIMITES CONSTITUCIONAIS,<br>DIREITOS FUNDAMENTAIS PROCESSUAIS PENAS E RISCOS DE<br>INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS TUTELAS CAUTELARES DECORRENTES DE<br>FALSAS DENÚNCIAS | LUIZ EDUARDO CANI                                  |
| FELIPE ISRAEL SILVA<br>RUNGUE              | A EFETIVIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) FRENTE<br>A EMPRESAS CHINESAS NO BRASIL                                                                                                                                                                | WANDA HELENA<br>MENDES MUNIZ<br>FALCÃO             |
| FELIPE SCHWANKE                            | O ESTADO DE EXCEÇÃO COMO RISCO AO ESTADO DE DIREITO: UM<br>ESTUDO A PARTIR DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5                                                                                                                                                          | LIVIA SOLANA<br>PFUETZENREITER DE<br>LIMA TEIXEIRA |

|                             |                                                                                                                                                                                    |                            |
|-----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| GABRIELA KEROLYN ROCHA      | A POSSE DE BENS DIGITAIS NO ANTEPROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO CIVIL                                                                                                                 | PRISCILA ZENI DE SÁ.       |
| GIOVANA BOYEN NICLODI       | VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MÃE E RISCO GRAVE À CRIANÇA: A CONSOLIDAÇÃO, PELO STF, DA INTERPRETAÇÃO DO ART. 13(1)(B) DA CONVENÇÃO DA HAIA DE 1980 NO CONTEXTO JURÍDICO BRASILEIRO | BRUNA BOLDO ARRUDA         |
| GIOVANA DIAS WEIRICH        | O ABANDONO AFETIVO COMO CAUSA DE EXCLUSÃO SUCESSÓRIA: LIMITES E POSSIBILIDADES À LUZ DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES                                               | ANA LUÍSA DE MORAES VIEIRA |
| GIULIA IZABELLE ARAUJO      | A VALORAÇÃO DA PROVA NA PERSECUÇÃO PENAL: OS LIMITES DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DIANTE DAS NOVAS FORMAS DE ANÁLISE PROBATÓRIA                                                 | RODRIGO FERNANDO NOVELLI   |
| GUSTAVO PATRICIO PEREIRA    | O ENQUADRAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS DE ESPORTES ELETRÔNICOS COMO ORGANIZAÇÕES ESPORTIVAS NA LEI Nº 14.597/2023                                                          | ALEJANDRO KNAESEL ARRABAL  |
| HELENA DE TOFEL             | A MICROCHIPAGEM DE ANIMAIS DOMÉSTICOS COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE CÍVEL E CRIMINAL: UMA ANÁLISE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.054/2016 DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU  | BRUNA BOLDO ARRUDA         |
| IGOR PERONDI RIBEIRO        | O NOVO SISTEMA DE GARANTIAS REAIS (LEI N. 14.711/2023) SOB A PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO E DO TRATAMENTO DO SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR                             | PRISCILA ZENI DE SÁ        |
| ISADORA MACCARI             | A RECUPERAÇÃO JUDICIAL DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS DO FUTEBOL: ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.101/2005 ÀS SAFS EM CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA                                        | FELIPE DA SILVA CLAUDINO   |
| JESSICA KAROLINE MONTIBELER | O SILENCIAMENTO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA A MULHER EM CONTEXTOS RELIGIOSOS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS                                             | LEONARDO DA ROCHA          |

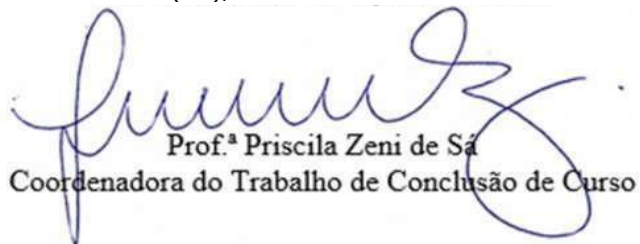
|                                |                                                                                                                                                                      |                                              |
|--------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| JOANA FERNANDES HUGEN          | ECTOGENESE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS POSSÍVEIS REFLEXOS JURÍDICOS NA FILIAÇÃO                                                                                       | ANA CAROLINA ALVES                           |
| JOÃO PEDRO NASCIMENTO          | OS LIMITES DA TUTELA JUDICIAL DAS MARCAS DE ALTO RENOME NO BRASIL: ENTRE A COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA DO INPI E A PROTEÇÃO EFETIVA DO TITULAR                        | ALEJANDRO KNAESEL ARRABAL                    |
| JOÃO VÍCTOR FELDENS DO PRADO   | O EXERCÍCIO DO PODER PRESIDENCIAL CONDICIONADO POR ALIANÇAS POLÍTICAS: O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO E O PRINCÍPIO REPUBLICANO NA DEMOCRACIA BRASILEIRA PÓS-1988.   | GERHARD DE SOUZA PENHA                       |
| JOSUÉ CARDOSO                  | DESTRONANDO O MACHISMO ESTRUTURAL NO BANCO DOS RÉUS: A PSICOLOGIA SOCIAL E AS METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA                  | CLARICE APARECIDA SOPELSA PETER              |
| JULIA FIRMO                    | A PRÉ-COMPREENSÃO DO JULGADOR COMO FUNDAMENTO OCULTO DO VEREDICTO: UMA ANÁLISE DA ÍNTIMA CONVICÇÃO NO TRIBUNAL DO JÚRI                                               | LUIZ EDUARDO CANI                            |
| JÚLIA MARTINS BARBOSA          | ARE 1.501.674: DIREITO À JUSTIÇA NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO BRASILEIRA                                                                                                  | LÍVIA SOLANA PFUETZENREITER DE LIMA TEIXEIRA |
| JÚLIA WEBER                    | RESPONSABILIDADE CIVIL PELA VIOLAÇÃO DE DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NA CRIAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE CRIPTO FASHION À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO. | JOÃO FELIPE BUERGER                          |
| KAYLANE DE VASCONCELOS MENEZES | A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PLATAFORMAS DIGITAIS PELA DISSEMINAÇÃO DE DEEPFAKES DE CONTEÚDO SEXUAL NÃO CONSENSUAL ENVOLVENDO MULHERES                               | WANDA HELENA MENDES MUNIZ FALCÃO             |
| KAYLANE LARISSA KREUSCH DIAS   | OS IMPACTOS DA PRÁTICA DA PEJOTIZAÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES: LIMITES E DESAFIOS À PROTEÇÃO DOS DIREITOS LABORAIS NO BRASIL                     | TATIANI HECKERT BRAATZ                       |

|                                    |                                                                                                                                                                                                     |                                  |
|------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|
| KELVIN KARLING FRANÇA              | A PROVA PERICIAL NAS AÇÕES DE AUXÍLIO-ACIDENTE PREVIDENCIÁRIO NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS: A AUSÊNCIA DE RESPOSTA AOS QUESITOS E SEUS REFLEXOS SOBRE O CONTRADITÓRIO E A FUNDAMENTAÇÃO JUDICIAL | MARCELO BOSS FABRIS              |
| LAURA LOURENÇO                     | A RESPONSABILIDADE PENAL DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS PELA DIVULGAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E PLATAFORMAS FRAUDULENTAS                                                                                   | RODRIGO FERNANDO NOVELLI         |
| LUAN VINÍCIUS HOEFT                | ANÁLISE DA FLEXIBILIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL PELA LEI Nº 15.190/2025: ENTRE O DEBATE ACADÊMICO E AS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS                                                                 | FELIPE DA SILVA CLAUDINO         |
| LYANDRA SOARES PASCOALOTO          | A CAPACIDADE JURÍDICA DOS ANIMAIS SENCIENTES CULMINADA COM A POSSÍVEL CRIAÇÃO DE UM NOVO ESTATUTO JURÍDICO                                                                                          | JOÃO FELIPE BUERGER              |
| MANUELA LENZI ALVISE               | ENCARCERAMENTO MATERNO E DIREITO À IDENTIDADE DA CRIANÇA: O RESPEITO AO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA DIANTE DO ART. 89 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL                               | BRUNA BOLDO ARRUDA               |
| MARIA EDUARDA RUBLESKI CASANI      | A QUEM PERTENCE O CORPO DA MULHER?<br>A INSTRUMENTALIZAÇÃO BIOPOLÍTICA DA MATERNIDADE.                                                                                                              | ANA CAROLINA ALVES               |
| MARIA JÚLIA FERREIRA DE SOUZA MELO | O ACCOUNTABILITY GAP ASSOCIADO AO USO DE SISTEMAS DE ARMAS AUTÔNOMAS LETAIS EM CONFLITOS ARMADOS E A RESPONSABILIZAÇÃO DE EMPRESAS DE TECNOLOGIA                                                    | WANDA HELENA MENDES MUNIZ FALCÃO |
| MARINA BEATRIZ PADILHA             | LIBERDADE DE IMPRENSA E PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA: A COLISÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA COBERTURA MIDIÁTICA DO CASO HENRY BOREL                                                                    | ANTÔNIO CARLOS MARCHIORI         |
| MARINA LUIZA KRETZER               | POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES FILHOS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA                                                                                                   | ANA CAROLINA ALVES               |

|                                               |                                                                                                                                                                                               |                                           |
|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| MARTINA GEORG<br>IBSCH                        | A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO ANTROPOMORFISMO ANIMAL SOB A<br>PERSPECTIVA DA ABUSIVIDADE PUBLICITÁRIA                                                                                             | ANA CAROLINA<br>ALVES                     |
| MATHIAS LUCKMANN<br>DE LIZ E SILVA            | A CLÁUSULA ESCALONADA ( <i>MULTI-TIERED CLAUSE</i> ): O USO DA SOLUÇÃO<br>EXTRAJUDICIAL COMO INSTRUMENTO DE MITIGAÇÃO DE DANOS AOS<br>CONTRATANTES                                            | MARIA EDUARDA<br>MIKIEWICZ<br>DESPLANCHES |
| PAULO HENRIQUE<br>ZUCCHI                      | CARGA TRIBUTÁRIA E COMPLEXIDADE DO SISTEMA COMO FATORES<br>ASSOCIADOS À EVASÃO FISCAL NO BRASIL                                                                                               | JÚLIO CESAR<br>KREPSKY                    |
| PAULO RICARDO<br>VANZUITA FILHO               | TÓXICO SUTIL QUE SE CHAMA INJUSTIÇA: UMA ANÁLISE JURÍDICO-<br>SOCIAL DOS ESTIGMAS DO INOCENTE APÓS A REVISÃO CRIMINAL                                                                         | LUIZ EDUARDO CANI                         |
| RAYSSA SANTOS<br>GOMES                        | O DIREITO DE MORRER COMO EXPRESSÃO DA AUTONOMIA DA VONTADE                                                                                                                                    | GERHARD DE SOUZA<br>PENHA                 |
| RENAN CÁSSIO<br>AMORIM VIVEIROS DE<br>ALMEIDA | OS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DE MENOR POTENCIAL<br>OFENSIVO E SUA RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA<br>PROTEÇÃO DEFICIENTE                                                     | MARLON CARABACA                           |
| RENAN MUXFELDT<br>BELLI                       | DIREITOS AUTORAIS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA: ANÁLISE<br>DA CARACTERIZAÇÃO DOS RESULTADOS COMO OBRAS DERIVADAS À<br>LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO                          | ALEJANDRO<br>KNAESEL ARRABAL              |
| SANDRA ALINE<br>HENTGES                       | A (IR)REVOGABILIDADE DA ADOÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO: ANÁLISE<br>DA POSSIBILIDADE DE DESCONSTITUIÇÃO DO VÍNCULO ADOTIVO À LUZ<br>DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | ANA LUÍSA DE<br>MORAES VIEIRA             |
| SIDNEY JUNIOR DE<br>LIMA                      | O CONTROLE ESTRUTURAL DOS “PENDURICALHOS” NO PODER<br>JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE DA COMPATIBILIDADE DAS VERBAS<br>INDENIZATÓRIAS À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.                  | CÉSAR AUGUSTO<br>WOLFF                    |

|                           |                                                                                                                                                                                                           |                                 |
|---------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| SOFIA DE CONTO PERGHER    | O DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA DIGNA SOB A ÓTICA DA ORDEM URBANÍSTICA: A REGULARIZAÇÃO DAS “RUAS DE PLACA AMARELA” EM BLUMENAU                                                                           | FELIPE DA SILVA CLAUDINO        |
| STEPHANIE VICTORIA WERNER | O TOMBAMENTO COMO INSTRUMENTO DE TUTELA DO MEIO AMBIENTE CULTURAL: A COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE O DEVER DE CONSERVAÇÃO E O DIREITO DE PROPRIEDADE NO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE BLUMENAU/SC             | FELIPE DA SILVA CLAUDINO        |
| TAINARA CRISTINA DA SILVA | A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR DOS FILHOS EM RELAÇÃO AOS GENITORES DIANTE DO ABANDONO MATERIAL E AFETIVO: ANÁLISE DA (IM)POSSIBILIDADE DE RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RECIPROCIDADE                              | ANA LUÍSA DE MORAES VIEIRA      |
| THAINA JULIA TOMASELLI    | PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE AUTOPROTEÇÃO                                                                               | CLARICE APARECIDA SOPELSA PETER |
| VICTOR MANFRO SILVA ROSA  | A PRORROGAÇÃO DO SALÁRIO-MATERNIDADE POR INTERNAÇÃO HOSPITALAR:<br>OS LIMITES DA EXIGÊNCIA ADMINISTRATIVA DE REQUERIMENTO PERIÓDICO PARA MANUTENÇÃO DO BENEFÍCIO DURANTE A INTERNAÇÃO HOSPITALAR          | MARCELO BOSS FABRIS             |
| VINÍCIUS BLAESING BATISTA | VOTO ABUSIVO DENTRO DE UMA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: O ABUSO DO DIREITO DE VOTO DOS CREDORES COM GARANTIA REAL NAS ASSEMBLEIAS DE CREDORES: ANÁLISE À LUZ DA LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (LEI Nº 11.101/2005) | FELIPE DA SILVA CLAUDINO        |

Blumenau (SC), 16 de setembro de 2026.

  
 Prof.ª Priscila Zeni de Sá  
 Coordenadora do Trabalho de Conclusão de Curso